



Parque dos Lençóis Maranhenses deve se beneficiar com a decisão que torna internacional o aeroporto de Barreirinhas. 5

## Hotel que hospedar menor sem os pais pode ser fechado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou projeto, elaborado pela CPI da Exploração Sexual, que determina o fechamento definitivo de hotéis, pensões e motéis que hospedar

darem reiteradamente crianças ou adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis.

Também recebeu voto favorável da CCJ o projeto que obriga as concessionárias de serviços públicos

a oferecer ao consumidor e às micro e pequenas empresas pelo menos seis datas como opções de vencimento de contas.

As duas propostas vão ao exame do Plenário do Senado. 3

## Idoso poderá escolher poltrona em viagem gratuita

É o que determina projeto aprovado na CDH para as viagens gratuitas

em ônibus interestaduais. Se não houver recurso para votação em Ple-

nário, a proposta segue para análise da Câmara dos Deputados. 4



Rosalba Ciarlini preside reunião que decide acatar pedido de vista proposto inicialmente pelo senador Augusto Botelho

## Adiada análise de relatório sobre morte de bebês

Senadores da CAS pedem vista coletiva do relatório que responsabiliza

a governadora do Pará pela morte de 253 bebês na Santa Casa de Belém.

Deve ser apresentado projeto com punição para gestores públicos. 4

## Energia renovável deve suprir 10% do consumo

Meta para ser alcançada em 10 anos consta de projeto aprovado pela Comissão de Infra-Estrutura

A té 2018, dez por cento da energia consumida anualmente no país deverão ser provenientes de fontes renováveis, como solar, eólica e de biomassa. A determinação está no projeto aprovado ontem, por unanimidade, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e que precisa ainda ser examinado pela Câmara dos Deputados. Conforme a proposta, de autoria do senador Renato Casagrande, as distribuidoras de energia e os consumidores livres (aqueles que compram energia de fornecedor diferente da concessionária local) deverão comprovar anualmente o cumprimento das metas. Casagrande ressalta que, para o Brasil ocupar um lugar importante no mercado de energias renováveis, instrumentos e metas precisam ser estabelecidos.

A comissão também aprovou o substitutivo da Câmara a projeto de Tião Viana que proíbe as empresas de telefonia fixa de tornarem disponível o serviço 0900 sem autorização do assinante.

E durante três horas a comissão debateu a indicação, pela Presidência da República, de Emília Maria da Silva Ribeiro para o conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações. 5



## Collor: crise boliviana ameaça Brasil e Mercosul

Fornecimento de energia pode ser interrompido em razão dos problemas políticos. 8

## Ideli ressalta contribuição dos senadores ao CPP

Senadora destaca esforço para aperfeiçoar tramitação de processos judiciais. 6

## Amazônia: Papaléo e Mozarildo criticam ONGs

Entidades devastam, exploram índios e praticam ilegalidades, dizem os senadores. 6



Senadora lembra comemoração de data dedicada à categoria

## Lúcia Vânia destaca papel do economista

Lúcia Vânia (PSDB-GO) saudou em Plenário a passagem do Dia do Economista, comemorado ontem. A senadora antecipou voto favorável a projeto (PLS 658/07) de Inácio Arruda (PCdoB-CE) que reformula a Lei 1.411/51, de regulamentação da profissão.

– Ser economista significa compreender de que forma as sociedades usam seus recursos materiais e humanos, com vistas a produzir e distribuir bens e serviços – observou a senadora de Goiás.



Suplicy ressalta elogios de candidatos a sua iniciativa

## Suplicy destaca apoio a programa de renda básica

Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou ontem em Plenário os cem anos do nascimento do médico e geógrafo Josué de Castro, que se distinguiu por apresentar os caminhos para a erradicação da fome e da pobreza absoluta no Brasil e no mundo.

O senador comemorou o apoio que vem recebendo de candidatos a prefeito à instituição, em todo o país, da renda básica de cidadania, prevista pela Lei 10.835/04, originária de proposta de sua autoria.

Segundo o senador, o governo só encontra um caminho para combater a inflação: o aumento da taxa de juros. Ele também condenou a criação do Ministério da Pesca

# Agripino critica política de Lula de combate à inflação

O SENADOR JOSÉ Agripino (DEM-RN) criticou a utilização, pelo governo, do aumento da taxa de juros como único instrumento de combate à inflação. Ele apontou que a medida produziu uma despesa “monumental” para o erário, que chega a R\$ 6 bilhões por mês e se tornou um impeditivo aos investimentos de que o Brasil precisa.

Outra ação do governo repudiada pelo senador foi a criação do Ministério da Pesca, com 300



José Agripino: medidas criaram despesa monumental

cargos de confiança a serem preenchidos sem concurso.

– Nós estamos vivendo uma loucura, uma insanidade. Este governo só encontra um ca-

minho para combater a inflação: aumentar a taxa de juros – lamentou.

Em apertes, Jefferson Praia (PDT-AM) afirmou que é preciso um choque de gestão para tornar o Estado mais enxuto; Gilberto Goellner (DEM-MT) lembrou do fracasso do Itamaraty em Doha;

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) disse que o governo é incoerente porque tem uma política monetária apertada e uma política fiscal frouxa.

## Rosalba: cidades do interior são melhores para viver

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) citou reportagem da revista Exame do último dia 7 segundo a qual, das cem melhores cidades do Brasil para se começar uma nova profissão ou iniciar um investimento, 82 são do interior e têm menos de 300 mil habitantes. A senadora enfatizou que as cidades do interior representam

70% da população do país e 61% do consumo, e afirmou que “o Brasil só será forte quando realmente as cidades tiverem condição de atender à demanda de oportunidade de emprego, de saúde, de educação”.

Rosalba ainda se disse orgulhosa por verificar que Mossoró (RN), onde foi prefeita por três

vezes, está entre as 82 melhores. Em aparte, José Agripino (DEM-RN) disse que o que aconteceu em Mossoró é produto de algo que precisa ser cultivado na política do Brasil: a continuidade administrativa. Para ele, “o que de bom se faz em uma administração não se pode desfazer em outra”.

## Flávio Arns defende manutenção do exame da OAB



Advogado é indispensável até nos juizados especiais, diz senador

Ao homenagear os advogados pela passagem do seu dia (11 de agosto), o senador Flávio Arns (PT-PR) defendeu a manutenção do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), imprescindível para o exercício da profissão, e a advocacia como uma atividade “indispensável à administração da Justiça”, segundo consagra a Constituição de 1988.

Flávio Arns também lamentou que os juizados especiais brasileiros dispensem a participação de advogados na tramitação de processos.

– Não se pode pensar que uma fase probatória, que demanda a coleta de depoimentos, testemunhas e a análise de documentos, inclusive periciais, possa ser realizada a contento sem um advogado – opinou.

## Marco Maciel pede carteiras escolares para canhotos

Ao assinalar, ontem, a passagem do Dia do Canhoto, o senador Marco Maciel (DEM-PE) pediu que as escolas do país tenham carteiras para estudantes que escrevem com a mão esquerda. O parlamentar solicitou aos chefes do Poder Executivo, nos âmbitos municipal, estadual e federal, assim como aos seus secretários de

Educação, que “procurem suprir essa deficiência”.

Ele contou que recebe solicitações de todo o país nesse sentido. Em sua avaliação, essa providência não representa custo adicional para os cofres públicos. Ao revelar-se também um canhoto e observar que, devido ao fato de sua mãe não aceitar essa sua característica,

escreve também com a mão direita, Marco Maciel disse fazer parte de uma minoria esquecida até mesmo pela Constituição de 1988. Ele se referia ao fato de a Carta Magna ter sido “altamente inovadora” ao definir direitos de adolescentes, idosos, índios e outras parcelas da população.

– Os canhotos também são filhos de Deus – brincou.

## Goellner critica postura do país na Rodada Doha



Goellner: estratégia de ministro se baseou “em ideologias ultrapassadas”

sucesso, chegar a um acordo sobre subsídios agrícolas.

O senador disse ser “legítimo cobrar do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a conta de haver usado nessas negociações uma estratégia canhestra, firmada demagogicamente em ideologias ultrapassadas e vencidas que, finalmente, redundou fracassada”.

Gilberto Goellner (DEM-MT) criticou a conduta brasileira na última edição da Rodada Doha, promovida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) na Suíça, em julho último. Na ocasião, os países-membros da organização tentaram, sem



Juntamente com outras 40 personalidades, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebeu em cerimônia no Clube do Exército a Medalha Defesa Civil Nacional. A comenda, no grau Grande Oficial, foi entregue pelo ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, em reconhecimento pela contribuição do senador ao fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Na solenidade, o ministro lançou selo postal personalizado e um carimbo comemorativo alusivos aos 65 anos de criação da Defesa Civil no Brasil.



Integraram a operação 3.500 militares, informa senador

## Jefferson participa de exercício militar

Jefferson Praia (PDT-AM) relatou sua participação em exercícios militares realizados no último final de semana. A convite do Ministério da Defesa, o parlamentar amazonense integrou a Operação Poraquê, exercício simulado de guerra na selva, com 3.500 militares da Marinha, do Exército e da Força Aérea Brasileira.

Um dos objetivos da operação, realizada todos os anos desde 2002, é manter as tropas adestradas no teatro de operações da Amazônia.



A crise na Geórgia também preocupa, diz Casagrande

## Casagrande defende diálogo na Bolívia

Renato Casagrande (PSB-ES) comentou ontem a divisão interna que vem ocorrendo na Bolívia, com a disputa entre os governos departamentais, especialmente os mais ricos, e central, presidido por Evo Morales e de apoio à população indígena, maioria no país. O conflito se acentuou, disse, após referendo que confirmou a aprovação a Morales. Para Casagrande, o único caminho para a crise é o diálogo. Ele também manifestou preocupação com a guerra entre Geórgia e Rússia.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário

Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta está trancada por dois projetos de lei de conversão.

### Bossa Nova

A cantora Vanessa Pinheiro apresenta-se, às 19h, nas comemorações dos 50 anos da Bossa Nova, dentro da programação do Ano Cultural Artur da Távola. Local: auditório do Interlegis.

Projeto aumenta punição para hotéis, motéis e estabelecimentos similares que hospedarem crianças ou adolescentes sem autorização dos pais

# Rigor na hospedagem de menor desacompanhado

OS HOTÉIS, PENSÕES, motéis ou congêneres que hospedarem reiteradamente crianças ou adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis, ou sem autorização destes, poderão ser fechados definitivamente e ter ainda a licença cassada se comprovada a reincidência em período inferior a 30 dias. Substitutivo a projeto de lei (PLS 255/04) nesse sentido, elaborado pela CPI da Exploração Sexual, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Conforme o substitutivo da Câmara dos De-



Desembargador Benedito Gonçalves, ao lado de Maciel (E) teve o nome aprovado para o STJ

putados, acolhido pela relatora, Serys Slhessarenko (PT-MT), a pena para o estabelecimento

que hospedar criança ou adolescente naquelas condições será de multa. No caso de reincidência,

sem prejuízo de nova multa, a autoridade judiciária poderá ainda determinar o fechamento

do estabelecimento por até 15 dias.

A iniciativa promove alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). A atual legislação fixa multa de 50 salários mínimos de referência, mas o substitutivo não fixa os valores das multas. A lei em vigor já prevê, em caso de reincidência, a possibilidade de fechamento do estabelecimento pelo período de até 15 dias, porém não trata nem do fechamento definitivo dos hotéis e congêneres nem da cassação da licença, como determina o projeto. A proposta de-

pende ainda da votação em Plenário.

## Cargos

A CCJ também aprovou projeto da Câmara (PLC 119/08) que tem por objetivo aumentar o número de funções comissionadas para os concursados do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região, no Recife. Estão previstos a criação de 469 novas funções comissionadas e o reenquadramento de outras 554 em níveis mais altos.

Foi acolhido pedido para que o projeto possa ser votado em Plenário em regime de urgência.

## Mais datas para pagar as contas

As concessionárias de serviços públicos poderão ser obrigadas a oferecer, ao consumidor e às micro e pequenas empresas, pelo menos seis datas como opções de vencimento de contas de utilização dos serviços. A proposta foi aprovada pela CCJ e segue para exame do Plenário. O PLC 104/05 recebeu substitutivo de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O relator na CCJ foi Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Na mesma reunião, o presidente da CCJ, Marco Maciel (DEM-PE), acatou pedido de vista do substitutivo apresentado por Tasso Jereissati (PSDB-CE) ao PLS 98/02-Complementar, sobre criação de municípios.

## Aprovado o Estatuto dos Museus

Foi aprovado ontem pela CCJ projeto de lei da Câmara dos Deputados que institui o Estatuto dos Museus. A proposta (PLC 115/08) segue agora para votação, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O projeto define o Sistema Brasileiro de Museus, que tem o objetivo de promover a interação entre os museus, a disseminação de conhecimentos no campo museológico, a gestão integrada e o desenvolvimento de ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação e pesquisa. A relatora da matéria na Comissão de Justiça foi a senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

## Nome de Gilson Dipp passa na CCJ

A CCJ aprovou, por unanimidade, a indicação feita pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) do nome de Gilson Langaro Dipp – ministro daquela Corte – para o cargo de ministro-corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no biênio 2008/2010. A indicação segue agora para votação no Plenário.

Cabe ao CNJ realizar o controle externo da atuação administrativa e financeira do Judiciário, além dos deveres funcionais dos juizes. Os membros do colegiado são nomeados pelo presidente da República depois de aprovados pela maioria absoluta dos senadores.

Em seu relatório sobre a indicação, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) discorreu sobre o currículo do candidato. Lembrou que Dipp é professor na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

## Gonçalves é indicado para o STJ

O juiz federal Benedito Gonçalves, 54 anos, teve o seu nome aprovado pela CCJ para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na vaga decorrente da aposentadoria do ministro José Augusto Delgado. Atualmente, Benedito Gonçalves trabalha no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A indicação vai agora a votação no Plenário do Senado.

Durante a sabatina, vários senadores presentes à reunião manifestaram preocupação com a crescente utilização de grampos telefônicos nas investigações realizadas por agentes policiais e membros do Ministério Público em todo o país.

## Prêmio Frei Galvão do Mérito Social

Foi aprovado ontem, na CCJ, parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 249/07, de autoria do senador Jayme Campos (DEM-MT), que institui o Prêmio Frei Galvão do Mérito Social. A proposta determina que o prêmio será concedido anualmente a cidadãos brasileiros ou a entidades brasileiras que se destacarem pela "prestação notória de relevantes serviços comunitários e de responsabilidade social".

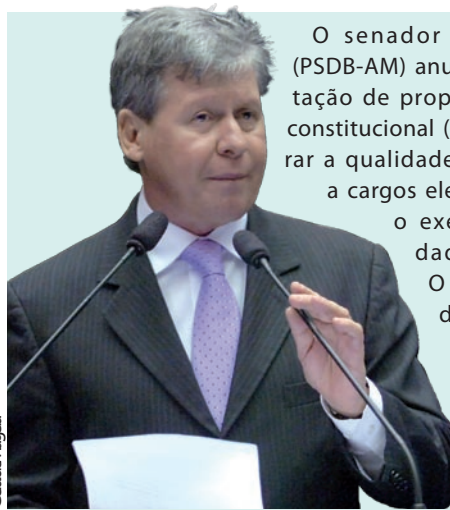
Ao apresentar voto favorável à matéria, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a iniciativa contribui inegavelmente para dar visibilidade e o devido reconhecimento àqueles que dedicam parte de seu tempo e de seus recursos a ajuda aos mais necessitados. Jayme Campos afirmou que o prêmio será uma das comendas mais importantes do Brasil.

## Projeto de trânsito é adiado

A votação do PLS 613/07 na CCJ, de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que aumenta as penas a serem aplicadas aos motoristas responsáveis por acidentes de trânsito com mortes, foi adiada. A matéria altera a Lei 9.503/97 – o Código de Trânsito Brasileiro – e determina também que o juiz seja comunicado imediatamente sobre acidentes de trânsito com morte, para efeito de suspensão cautelar da habilitação do condutor.

Apesar de o item ter constado da pauta da comissão, na reunião de ontem, a matéria não chegou a ser discutida por falta de acordo entre os senadores. O relator da matéria é o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

## Virgílio quer melhorar qualidade de candidatos



PEC de Virgílio também considera conduta pré-diplomação

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) anunciou a apresentação de proposta de emenda constitucional (PEC) para melhorar a qualidade dos candidatos a cargos eletivos e moralizar o exercício da atividade parlamentar. O senador propõe duas alterações que visam evitar o exercício da atividade parlamentar por pessoas que tenham contra si a desconfiança da

sociedade brasileira.

A primeira estende ao suplente de senador as normas constitucionais relativas à ética e ao decoro parlamentar aplicáveis ao titular.

A segunda alteração se destina ao senador eleito e passa a considerar procedimento incompatível com o decoro parlamentar o desvio de conduta praticado antes da diplomação. O senador disse que a medida pretende preservar a credibilidade do Senado. Para isso, acrescentou Arthur Virgílio, o Conselho de Ética teria a possibilidade de analisar a vida pregressa do suplente, que ainda passaria pelo crivo do Plenário.

## Indicados senadores que integrarão comissão de fórum interparlamentar

O 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias, leu ontem em Plenário a lista dos senadores que integrarão a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (Fipa). O órgão funciona como um comitê executivo no qual estão representadas as sub-regiões do continente: América do Norte, América Central, América do Sul e Caribe. A seção brasileira do fórum é a primeira do gênero na América do Sul.

Pelo Senado, integram a comissão, como titulares, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Marconi Perillo (PSDB-GO), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Antônio Carlos Va-

ladares (PSB-PE), Delcídio Amaral (PT-MS), Mão Santa (PMDB-PI), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Fernando Collor (PTB-AL), Osmar Dias (PDT-PR) e José Nery (PSOL-PA).

Como suplentes, foram designados Valdir Raupp (PMDB-RO), Pedro Simon (PMDB-RS), Papaléo Paes (PSDB-AP), Cristovam Buarque (PDT-DF), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

A Câmara dos Deputados ainda não designou seus representantes na comissão representativa. Criada em 2007, seus integrantes são indicados pelos partidos políticos com assento no Congresso.

## Relatório sobre mortes de bebês será analisado em 27 de agosto

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) adiou para 27 de agosto a análise do relatório da delegação de senadores que visitou a Santa Casa de Misericórdia, em Belém, para apurar as causas da morte de 253 bebês recém-nascidos durante o primeiro semestre deste ano.

O adiamento foi motivado por pedido de vista coletiva feito originalmente pelo senador Augusto Botelho (PT-RR). Ele quer apresentar sugestões e um projeto de lei propondo punições aos gestores públicos. Augusto negou que pretenda procrastinar a aprovação do relatório, que responsabiliza a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, também do PT, pelas condições ruins do hospital.

Segundo o relator, senador Papaléo Paes (PSDB-AP), o texto não tem cunho político-partidário e limita-se a apresentar fatos. Ele disse que a delegação fez uma inspeção na Santa Casa e realizou uma audiência

pública com todos os setores envolvidos.

– Tratou-se de uma iniciativa técnica e de cunho humanitário. O relatório não é contra ninguém, mas a favor da saúde pública – observou.

Para a vice-presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), o adiamento servirá para que outros senadores façam sugestões.

A CAS também aprovou, em turno suplementar, dois substitutivos a projetos de lei apreciados na semana passada. O primeiro concede desconto de Imposto de Renda a empresas que realizarem programas de hospedagem para seus funcionários (PLS 488/03) e o segundo regulamenta a profissão de conservador e restaurador de bens culturais (PLS 370/07).

Foi aprovada ainda sugestão de senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) para realização de debate sobre a humanização de atendimento em hospitais.



Rosalba Ciarlini preside reunião da CAS: relatório responsabiliza governadora do Pará

## Audiência avaliará proposta que cria prestadoras de serviço

A proposta de criação do Serviço Social da Saúde e do Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde será debatida pela Comissão de Assuntos Sociais, por iniciativa do debate foi do senador Augusto Botelho (PT-RR).

O projeto de lei (PLS 131/01), do ex-senador Geraldo Althoff, já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e será apreciado em decisão terminativa. O relatório do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) afirma que a prestação de serviços aos trabalhadores da área de saúde se manteve vinculado ao Serviço Social do Comércio (Sesc) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), o que

gerou problemas graves nas atividades de assistência social e de capacitação profissional desses trabalhadores, uma vez que tais questões não são prioridades daquelas instituições.

Guerra observa que, com a criação das instituições (Sess e Senass), serão redirecionados para entidades específicas de saúde recursos hoje canalizados para o setor do comércio.

A audiência pública sobre o assunto deverá reunir representantes dos ministérios da Saúde, da Educação, do Trabalho e da Previdência Social, dos empregadores e dos trabalhadores na área de saúde. O encontro deve ocorrer em até 30 dias.

## Encontro debaterá capacitação para trabalho e empregabilidade

O tema Capacitação para o Trabalho e Empregabilidade da Pessoa com Deficiência será abordado em audiência pública marcada para 4 de dezembro, conforme requerimento aprovado ontem pela Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O debate, em iniciativa conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), será promovido em atenção às atividades da IV Semana do Senado Federal de Acessibilidade

e Valorização da Pessoa com Deficiência.

O requerimento foi formulado pelo senador Flávio Arns (PT-PR), vice-presidente da subcomissão.

Devem participar do evento representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), do chamado Sistema S e também vários estudiosos do assunto.

Medida permite que, mesmo sem pagar a passagem, pessoa da terceira idade possa escolher o assento em ônibus interestadual. Projeto será agora examinado pela Câmara

## Idoso que viaja de ônibus poderá escolher assento

PROPOSTA APROVADA ONTEM pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decisão terminativa, pretende garantir aos idosos que viajam de graça em ônibus interestaduais o direito de escolher o assento em que farão o percurso. A matéria (PLS 596/07), relatada pelo senador Flávio Arns (PT-PR), é de autoria do senador Expedito Júnior (PR-RO).

O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) garante a essa faixa da população com renda igual ou inferior a dois salários mínimos duas vagas gratuitas em cada viagem de ônibus interestadual. E estabelece desconto de 50% no valor da passagem quando as duas vagas gratuitas estiverem ocupadas por outros idosos. Expedito Júnior ressalta que as empresas reservam os piores assentos.

O relator, por sua vez, destacou o respeito que essas pessoas



Flávio Arns, Mesquita Júnior e José Nery participam da reunião presidida por Paim (D)

merecem.

– Garantir os direitos dos idosos no Brasil é um assunto de grande relevância para uma parcela da população que já contribuiu com seu trabalho para o desenvolvimento do país – afirmou Flávio Arns.

### Pará

A CDH aprovou ainda parecer do senador José Nery (PSOL-PA) pelo arquivamento de proposição apresentada pelos cidadãos José Marques Ferreira e Cleusa

Maria Ferreira, pedindo medidas para apurar transgressões praticadas pelo governo do Pará contra os direitos humanos, o direito à vida, à propriedade privada, à privacidade e à integridade física, por ocasião da ocupação da Fazenda São Marcos, em Parauapebas, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em abril de 2007. Nery pediu o arquivamento da proposta diante do fato de o conflito ter sido resolvido de maneira pacífica.

## Benefício para o portador de visão monocular

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou ontem propostas em defesa dos portadores de deficiência. Entre elas está o projeto de Papaléo Paes (PSDB-AP) que inclui as anormalidades decorrentes da visão monocular entre as que caracterizam a deficiência visual (PLS 339/07). A proposta recebeu decisão terminativa.

Relatou a matéria o senador Flávio Arns (PT-PR).

Também foi aprovado relatório favorável ao projeto de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) segundo o qual as máquinas de escrever em braille ficam isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (PLS 144/08). O projeto, que teve como relator *ad hoc* o senador José Nery (PSOL-PA), será agora examinado pelo Plenário.

Foi aprovado também substitutivo de Flávio Arns ao projeto que define percentuais e critérios para a reserva de cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência. O projeto (PLS 382/03) terá seu substitutivo votado ainda em turno suplementar pelo colegiado.

## Cédulas poderão ter identificação para deficientes

Parecer do senador Virgínio de Carvalho (PSC-SE), favorável a projeto de lei que determina a inclusão de componente para possibilitar a identificação das cédulas brasileiras pelas pessoas com deficiência visual, foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A proposta (PLS 141/08), de Flávio Arns (PT-PR), ainda será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em decisão terminativa.

O projeto dá um prazo de dez anos, a partir da publicação da lei, para a substituição completa das cédulas em circulação. Arns ressalta que não sugeriu a inserção do sistema em braille nas cédulas por acreditar que, com o aperfeiçoamento da tecnologia, outros sistemas poderão ser mais adequados e deverão contribuir de forma melhor para a inclusão dessas pessoas na sociedade.

## Ampliada punição a corruptor de menor

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou parecer favorável a duas emendas da Câmara dos Deputados a projeto que define como crime o ato de fotografar ou filmar cenas de sexo explícito ou pornográficas envolvendo criança ou adolescente. Uma das emendas inclui entre as ações tipificadas como crime o ato de portar ou comprar tais imagens. A outra altera a lei sobre a corrupção de menores (Lei 2.252/54) para incluir crimes praticados por qualquer meio eletrônico, inclusive pelas salas de bate-papo da internet.

A segunda emenda prevê também que a pena para quem corromper ou facilitar a corrupção de menor será aumentada de um terço nos casos em que a infração for uma das previstas no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), em relação aos crimes contra os costumes.

As emendas foram apresentadas ao projeto (PLS 254/04), de autoria da CPI Mista da Exploração Sexual, que altera o artigo 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e ainda serão examinadas pelo Plenário.

## Papaléo defende servidora indicada para Anatel

Na reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Papaléo Paes (PSDB-AP) pediu a palavra para registrar que Emília Maria Silva Ribeiro, servidora do Senado indicada para o conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), é funcionária “altamente competente” e

com capacidade técnica para a função. O senador explicou que, em discurso no Plenário, reparou “injustiça” cometida em outro pronunciamento, no qual havia criticado a indicação e defendido que os cargos diretivos nas agências deveriam ser exercidos por técnicos preparados.

Papaléo ressaltou que a de-

cisão de reparar seu discurso foi pessoal e teve a finalidade de não prejudicar uma pessoa que, ao contrário do que publicou o jornal *Folha de S. Paulo*, não foi indicada por influência dos senadores José Sarney (PMDB-AP) e Tasso Jereissati (PSDB-CE). Ele disse ter sido corajoso ao pedir desculpas pelo ato equivocado que cometeu.



Pagamento de royalties do petróleo preocupa senadores da comissão

## CCT debate modelo de exploração de petróleo

O modelo de exploração das reservas de petróleo situadas na camada de pré-sal será tema de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), atendendo a requerimento dos senadores Gim Argello (PTB-DF) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) aprovado ontem.

As reservas, observou Gim Argello, estendem-se por uma área de litoral de 800 quilômetros de extensão e 200

quilômetros de largura, desde o Espírito Santo até Santa Catarina. Ele recordou declarações do presidente Lula segundo as quais o petróleo localizado em águas profundas seria um "patrimônio da União" e não poderia ficar "com meia dúzia de empresas privadas". Devem ser convidados para a audiência diretores da Petrobras e empresários ligados ao setor, como Eike Batista.

A pedido dos relatores, senadores Gerson Camata (PMDB-

ES) e Cícero Lucena (PSDB-PB), respectivamente, foram retirados de pauta dois projetos: o PLS 51/08, que institui a política nacional de abastecimento; e o PLS 741/07, que obriga os fabricantes de equipamentos de escuta telefônica a informar à Polícia Federal os dados dos compradores. A comissão aprovou ainda, em decisão terminativa, 23 projetos que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio em diversos estados do país.

Marconi Perillo, Sérgio Guerra e Jayme Campos na reunião que aprovou projeto que reordena matriz energética



## Energia renovável deve suprir 10% do total

Meta deve ser cumprida até 2018 por distribuidoras de energia e consumidores livres, determina projeto aprovado na CI

A COMISSÃO DE Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem, em decisão terminativa, proposta que pretende reordenar a matriz energética do país, determinando que, até 2018, dez por cento do consumo anual de energia no país deverão ser provenientes de fontes renováveis.

O autor do projeto (PLS 204/08), senador Renato Casagrande (PSB-ES), argumenta que os países líderes na corrida pela geração e consumo de energia renovável contaram com forte ação por parte dos governos para os avanços obtidos, quase sempre mediante a fixação de metas obrigatórias.

O texto determina que cada distribuidora de energia e cada consumidor livre

(aquele autorizado a comprar energia elétrica de outro fornecedor que não a concessionária local) deverão comprovar anualmente o cumprimento das metas para cada período. Essas metas deverão ser escalonadas em regulamentação própria, até que seja atingido o patamar de dez por cento em 2018.

A proposta também muda a exigência da legislação vigente de carga mínima de 500 kW (kilowatts) para os consumidores livres especiais, aqueles que, além de poderem escolher o fornecedor de energia elétrica, também são supridos por fonte renovável. A restrição de carga é vista como um obstáculo para a futura expansão da geração renovável, quando os preços tiverem baixado e o mercado estiver mais aquecido.

Na justificativa da proposta, Casagrande afirma que

o desenvolvimento de fontes renováveis de energia é um grande desafio para o país. Segundo ele, a meta de dez por cento até 2018 não é difícil de ser atingida e pode até haver uma corrida por investimentos na geração se o governo garantir a compra dessa energia.

Gilberto Goellner (DEM-MT), em seu relatório, observou que 191 países-membros da ONU assinaram em 2000 a Declaração do Milênio, entre cujos objetivos está a sustentabilidade ambiental, que somente será possível com o uso crescente de energias renováveis. Segundo ele, as condições do Brasil são extremamente favoráveis nessa questão.

Para garantir maior participação do uso de energias renováveis na matriz energética brasileira, Renato Casagrande propõe modificações nas leis 10.848/04 e 9.427/96, que disciplinam as concessões de serviços e o consumo de energia elétrica.

## Comissão aprova restrições à oferta do serviço 0900

As empresas de telefonia deverão ser proibidas de tornar disponível o serviço 0900 nos terminais telefônicos sem a expressa autorização do assinante. A medida está prevista em projeto do senador Tião Viana (PT-AC) aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, nos termos de substitutivo da Câmara dos Deputados.

O texto da Câmara, que agora vai ao Plenário, ampliou a proposta de Viana ao explicitar exigências para a liberação do 0900, que, segundo o senador, trata-se de uma linha de serviços caros. Entre essas exigências, está a determinação de que a autorização do assinante seja por escrito ou por desbloqueio comprovado por meio do prefixo 0800 ou chamada local.

## Aeroporto de Barreirinhas pode ser internacional

Foi aprovada ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura proposta que torna internacional o aeroporto de Barreirinhas (MA). O local é o principal portal de acesso aéreo ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Defendido pela senadora Roseana Sarney, do PMDB do Maranhão, o projeto (PLS 248/07) deve seguir agora para a Câmara.

A CI aprovou ainda o PLS 697/07, do senador Jayme Campos (DEM-MT), para acrescentar 570 quilômetros à BR-359, dentro do estado de Mato Grosso do Sul. Outro projeto acolhido (PLS 610/07), que teve Serys Silhessarenko (PT-MT) como relatora, federaliza trecho da rodovia MT-343, situado entre Cáceres e Barra do Bugres, em Mato Grosso.

## Polêmica adia a decisão sobre diretora da Anatel

Após cerca de três horas de debate na Comissão de Infra-Estrutura, foi concedida ontem vista coletiva da indicação, pelo Executivo, de Emília Maria da Silva Ribeiro para o conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O relator, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), afirmou que o currículo da indicada "não se mostra convincente para atestar de forma inquestionável sua capacitação para o cargo".

Contra o argumento do relator, Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou que Emília Maria já fora aprovada pela Casa para o conselho consultivo da agência. Guerra ressaltou que a função de conselheira não credencia a indicada para diretora da Anatel.

## CPI acompanha no Espírito Santo investigações sobre pedofilia

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia acompanhará hoje e amanhã no Espírito Santo as investigações promovidas pelo Ministério Público

do estado sobre casos de abuso sexual de crianças e adolescentes. Devem ser ouvidos menores e supostos pedófilos.

O senador Magno Malta

(PR-ES), presidente da CPI, relatou ontem ao Plenário do Senado um caso ocorrido em Guarapari (ES), informando que o criminoso, uma vez descoberto, foi agredido pela

população da cidade e se encontra internado em um hospital.

– A sociedade mostra a sua revolta, a sua indignação contra esses atos – afirmou.



Malta relata ao Plenário caso de abuso de menor em Guarapari

Convidada para debater o assunto, Ideli comemora reportagens sobre novas regras, mas lamenta que a mídia omita contribuição dos senadores

# Ideli ressalta aperfeiçoamento do CPP

A LÍDER DO Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), comunicou ao Plenário ter sido convidada para evento organizado pelo Ministério da Justiça sobre as reformas no Código de Processo Penal (CPP) aprovadas pelo Congresso em maio e que entram em vigor este mês. Ela participa da abertura do evento ao lado do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, e do ministro da Justiça, Tarso Genro.

Ideli lembrou ter coordenado, na Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ), o grupo de trabalho destinado a consolidar as propostas de reforma do CPP. Integraram o grupo o ex-senador Jefferson Péres, falecido em maio, além de Romeu Tuma (PTB-SP), Pedro Simon (PMDB-RS) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

A senadora comemorou o destaque que tem sido dado pela imprensa às mudanças no código. Citou manchete do jornal O Estado de S. Paulo sobre



Para Ideli Salvatti, alterações agilizarão a Justiça

aceleração de processos no Tribunal de Justiça e reportagem da Folha de S. Paulo a respeito de alterações no tribunal do júri.

Ela lamentou, contudo, que as publicações omitam o Senado Federal.

– Ambos utilizaram as tabelas comparativas que apresentamos, porém em nenhum momento é citado o trabalho dos senadores – reclamou.

Para Ideli, falta reconhecimento da ação legislativa.

– Recebemos muita crítica que trabalhamos pouco, que estamos em recesso branco. Mas quando um trabalho como esse

dá resultado, está aí concretamente agilizando a Justiça, não é mencionado o trabalho que fizemos.

Ideli informou ter acompanhado o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em duas solenidades: a assinatura do projeto de lei que responsabiliza o Estado pela destruição do prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1964; e a entrega ao presidente de prêmio concedido pela Associação Nacional dos Materiais de Construção.

## Papaléo Paes critica ONGs estrangeiras na Amazônia

O senador Papaléo Paes (PSDB-PA) criticou ontem a atuação de organizações não-governamentais (ONGs) estrangeiras na Amazônia e de seus representantes no país.

Segundo ele, essas entidades agem de forma “devastadora” na região, sem serem punidas pelo governo.

– A nossa Amazônia é infestada de ONGs internacionais, que fazem gato e sapato dela. São verdadeiras devastadoras da fauna e da flora e de minérios, e ainda usam os índios e os caboclos para explorar a floresta – disse.



Entidades exploram índios e devastam floresta, diz Papaléo

A avaliação de Papaléo seguiu-se ao discurso em que o senador Neuto de Conto (PMDB-SC) comentou as pressões feitas pelos países desenvolvidos junto a nações emergentes no sentido da conservação do meio ambiente.

## Augusto volta a defender a revisão de Serra do Sol

Augusto Botelho (PT-RR) voltou a defender a revisão da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. O assunto está em exame no Supremo Tribunal Federal (STF), onde correm várias ações contra a forma como foi feita a demarcação, inclusive uma de autoria do senador. A expectativa de Augusto é que o STF se pronuncie sobre sua ação no dia 27.

– Quero deixar bem claro que nem eu e nem a maioria das pessoas de Roraima somos contra a demarcação. Na



STF pode decidir dia 17 sobre demarcação, afirma Augusto

ação que apresentei ao STF, peço a anulação do decreto presidencial, porque o laudo antropológico apresentado para a demarcação da reserva tem erros graves – explicou.

## Mozarildo denuncia ONG de assistência a índios

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) denunciou em Plenário ações ilegais praticadas pela organização não-governamental Conselho Indigenista de Roraima (CIR), como a invasão de domicílios de colonos da reserva Raposa Serra do Sol.

– Recebo diariamente denúncias, principalmente da Vila Surumu [Raposa Serra do Sol], de que o CIR está pintando e bordando naquela região, invade propriedades, invade casas de pessoas que se deslocam daquela cidade para ir à capital, constrange, tendo, até mesmo, o apoio da Polícia Federal e



Mozarildo diz que ONG está invadindo casas de colonos

da Força Nacional.

Ao citar matérias publicadas pelo jornal *O Globo*, Mozarildo disse que o CIR tem apresentado, em sua prestação de contas, indícios de irregularidades detectados pela Controladoria Geral da União.

## Lobão Filho pede pressa na readmissão de servidores

O senador Lobão Filho (PMDB-MA) fez apelo aos ministros de Estado para que apressem o cumprimento de várias normas legais que determinam a readmissão de milhares de servidores públicos federais demitidos a partir de 1990 em razão de uma decisão do governo Fernando Collor de reduzir em 30% o número de funcionários federais.

– É incrível que a readmissão não ocorra com a celeridade necessária. Alguns setores do próprio governo, infelizmente, impõem barreiras ao cumprimento de tais normas



Lobão Filho parabenizou Lula e o ministro Paulo Bernardo

legais – protestou.

Lobão Filho parabenizou ainda o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, por ações que facilitam a readmissão de servidores.

## Saúde da Família dá bom resultado, diz Quintanilha

Citando reportagem do jornal O Estado de S. Paulo sobre pesquisa das universidades federais da Bahia e de Minas Gerais, Leomar Quintanilha (PMDB-TO) comemorou os resultados do programa Saúde da Família, do Ministério da Saúde.

A pesquisa mostrou redução de internações por doenças como pneumonia, asma e diarreia. Aponta também que a taxa anual de internação por insuficiência cardíaca de pessoas com mais de 40 anos caiu



Leomar Quintanilha salienta redução de internações

5,42% em municípios com 70% de cobertura do programa.

O Saúde da Família conta atualmente com 28.452 equipes, segundo o parlamentar.

## Novo município dependerá de número de habitantes

Jayme Campos (DEM-MT) afirmou que o projeto que define novas regras para a emancipação de municípios (PLS 98/02), de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), deve ser votado até novembro. O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), incorporou emenda de Campos ao substitutivo.

A emenda determina o número mínimo de habitantes para o novo município, que deverá ser de 5 mil habitantes (nas regiões Norte e Centro-



Emenda de Jayme Campos foi incorporada pelo relator

Oeste), 7 mil (Nordeste) e 15 mil (Sudeste e Sul).

As emendas de Plenário devem ser votadas pela CCJ na próxima semana, segundo o presidente da comissão, Marco Maciel (DEM-PE).

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves • Antonio Carlos Júnior • Efraim Morais • Romeu Tuma • Alvaro Dias • Augusto Botelho

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira  
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli  
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

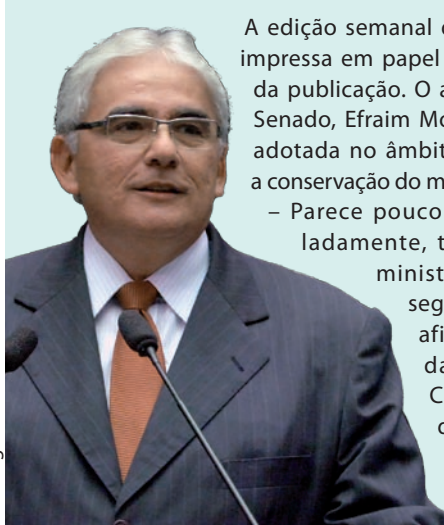
## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Ery Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
Arte: Cirilo Quartim e Oscar  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

## Efraim elogia ação do *Jornal do Senado*



A edição semanal do *Jornal do Senado* do próximo dia 25 será impressa em papel reciclado, assim como os números seguintes da publicação. O anúncio foi feito ontem pelo 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (DEM-PB), ao destacar que a decisão foi adotada no âmbito do programa Senado Verde, que estimula a conservação do meio ambiente pelos funcionários da Casa.

– Parece pouco que uma instituição como o Senado, isoladamente, tome essa providência. Mas se toda a administração pública, nas três esferas federativas, seguir esse exemplo, o ganho será bem maior – afirmou o senador, que elogiou ainda decisão da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) que incentiva o poder público a usar papel reciclado.

– Poupa-se assim a natureza, reduzindo-se em razoável medida a demanda por papéis novos, que exigem abate constante de árvores – disse Efraim.

Efraim Moraes ressalta importância da impressão em papel reciclado

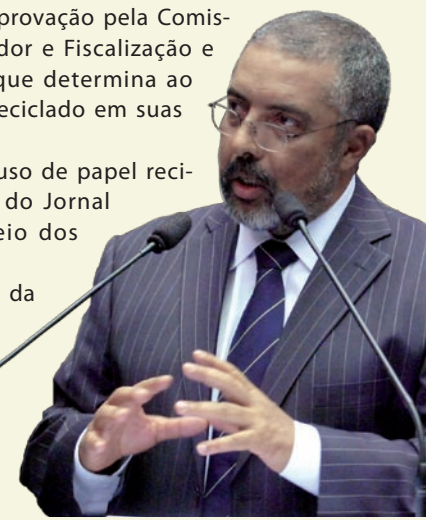
## Paim: reciclagem deve ser prioridade

Paulo Paim (PT-RS) comemorou ontem a aprovação pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do projeto de sua autoria que determina ao poder público priorizar a compra de papel reciclado em suas licitações (PLS) 112/08.

Paim falou do seu contentamento com o uso de papel reciclado para a impressão da versão semanal do *Jornal do Senado*, enviada a todo o país por meio dos Correios.

O senador também registrou o lançamento da Agência de Notícias Sul, que deverá divulgar as atividades dos parlamentares sulistas e as ações de órgãos públicos que dizem respeito à região Sul.

O parlamentar gaúcho agradeceu ainda o convite da Federação Nacional dos Médicos para a posse de sua nova diretoria, momento em que criticou a precariedade da cobertura dos planos de saúde no Brasil.



Sustentabilidade e proteção ao meio ambiente preocupam Paulo Paim

## Governo usa pesquisa para “escamotear a realidade”, diz Alvaro

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) acusou ontem o governo de usar pesquisa que revelou aumento da classe média, à qual pertenceriam 42% da população, para “escamotear a realidade”, quando, afirmou, não houve grandes alterações de natureza social no país.

– Passou-se a considerar classe média a família que recebe até 1.100 reais por mês. Obviamente, uma família com três pessoas ou mais recebendo 1.100 reais mensais não pode ser considerada de classe média – contestou.

Para contestar os números, Alvaro Dias citou estudo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) afirmando que a inflação mundial de alimentos pode conduzir mais de 6,1 milhões de brasileiros à pobreza absoluta, e que, se os preços dos alimentos continuarem se elevando, o percentual de brasileiros abaixo da linha da pobreza saltará de 28,3% para 31,5%.

Alvaro Dias também comentou pesquisa Vox Populi realizada esta semana indicando que, para 85% da população brasileira, os políticos operam em causa própria. O estudo foi feito a pedido do Tribunal Superior Eleitoral e da Associação dos Magistrados Brasileiros. Segundo o senador, o perigo é a generalização, que “não contribui para melhorar as instituições públicas brasileiras”.

– Não tenho dúvida de que a maioria reconhece existirem políticos honestos que procuram exercer sua função pública com lealdade e respeito aos compromissos assumidos com a população do país – disse.



Parlamentar contesta dados sobre diminuição da pobreza

## Para Serys, Bolsa Família é motivo de orgulho nacional

Serys Slessarenko (PT-MT) disse que programas como o Bolsa Família serão necessários enquanto o Brasil não puder “gerar empregos e dar condições dignas de vida para toda a sua população”. Em discurso ontem, a senadora afirmou que o Bolsa Família é motivo de orgulho nacional.

– Muitas pessoas dizem que o Bolsa Família é uma política compensatória. E é. Política compensatória não é o ideal, mas é o que se faz necessário neste momento no Brasil – assinalou.

Segundo Serys, estudo do Banco Mundial e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), concluiu que o Bolsa Família tem a melhor “focalização” em relação aos seus similares em execução na América Latina. O Ministério do Desenvolvimento Social, prosseguiu ela, identifica e cadastra os segmentos sociais mais vulneráveis, podendo dirigir de forma específica a distribuição dos recursos.

A senadora informou que o êxito da experiência brasileira se traduz em pedidos de cooperação técnica por mais de 40 países desejosos de implantar programas de transferência de renda. E esse êxito, de acordo com Serys, traduz-se também no comportamento da própria população assistida, que, em grande número, abre mão do benefício ao elevar seu padrão de renda.



Programa é o melhor da América Latina, elogia Serys

## Neuto de Conto propõe saída para desmatamento

Na avaliação do senador, pastos degradados são uma boa fronteira para ampliar a atividade agrícola brasileira

O SENADOR NEUTO de Conto (PMDB-SC) sugeriu o aproveitamento de áreas de pastagem e de cultivo degradadas como alternativa ao desmatamento e à desapropriação da pequena propriedade rural produtiva. Ele citou os esforços do governador de Santa Catarina, Luiz Henrique, na busca de um consenso entre agropecuaristas e preservacionistas.

Neuto de Conto afirmou que a desapropriação indiscriminada poderá ter efeitos catastróficos sobre a população e sobre a economia catarinense, baseada na agricultura familiar e na pequena propriedade rural. Ele parabenizou o governador por ter, entre os princípios que norteiam sua administração, buscado preservar o meio ambiente sem afetar a produção agrícola do estado.

– Dos 200 milhões de hectares

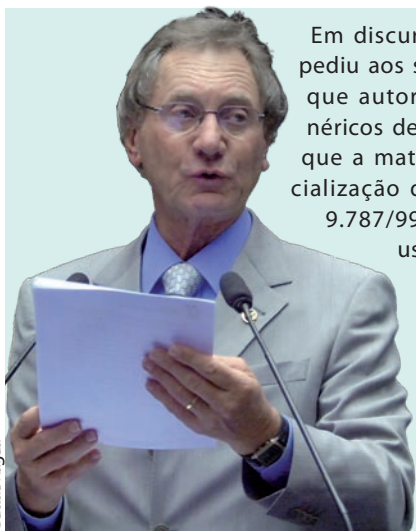
de pastagens do Brasil, 50 milhões são considerados degradados ou de baixo rendimento. É uma área imensa, que pode ser muito bem aproveitada para a expansão do plantio e da criação de animais – disse o parlamentar, para quem uma política séria de ecoturismo também poderia ter impacto positivo na preservação dos ecossistemas, além de gerar fonte de renda alternativa para as comunidades que vivem em áreas de conservação.

Neuto de Conto lamentou que os países desenvolvidos, após terem devastado suas reservas naturais, exijam agora que os países em desenvolvimento sejam grandes e intocáveis parques ecológicos. Para ele, o Brasil não pode admitir desafios e ameaças à sua soberania e ao seu direito inalienável ao desenvolvimento.



Neuto quer consenso entre produtores e ecologistas

## Maldaner quer genéricos veterinários



Em discurso em Plenário, Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu aos senadores que aprovem projeto de sua autoria que autoriza a comercialização de medicamentos genéricos de uso veterinário (PLS 209/02). O senador disse que a matéria se inspira na lei que autorizou a comercialização dos remédios genéricos de uso humano (Lei 9.787/99) e tem como objetivo baratear os produtos usados para o tratamento de animais.

– O que se busca com a iniciativa que tive há seis anos é a redução de custos das atividades agropecuárias, sem absolutamente descurar da qualidade dos produtos veterinários ofertados. A introdução dos genéricos veterinários no país, além de baixar custos no setor agropecuário, vai beneficiar igualmente a florescente tendência de criação de animais domésticos – explicou o senador.

O projeto aguarda inclusão na ordem do dia.

Maldaner: novos remédios baixariam custos das atividades agropecuárias

## Zambiasi cobra apoio ao vinho brasileiro

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) lamentou a “confusão” provocada pela informação de que a Receita Federal reduzirá em 50% o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os vinhos. Segundo ele, a notícia acirrou a concorrência entre produtos importados e nacionais.

O senador afirmou que o IPI sobre os vinhos do Porto, madeira e xerez baixou para 20%; sobre os espumantes, para 10%; e sobre o vermute, para 15%.

– Mas a vitivinicultura brasileira não teve nenhum benefício. O IPI continuou em 10%. Além disso, se anuncia uma nova carga tributária – alertou Zambiasi, em referência ao aumento de 30% no IPI de bebidas alcoólicas quentes anunciado pela Receita no início do mês. Ele disse que produtores gaúchos farão ato amanhã em Santana do Livramento contra a concorrência desleal com o vinho do Uruguai, Chile e Argentina, onde a tributação não ultrapassa os 15%. O senador observou que, no Brasil, esse índice chega a 52%.



O vinho nacional será ainda mais tributado, diz Sérgio Zambiasi



Fortalecimento dos laços com o Peru beneficiaria a região, avalia Mesquita Júnior

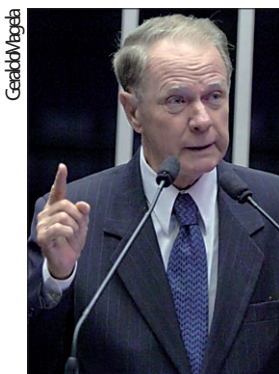
## Mesquita Júnior cobra incentivo na Amazônia

Por considerar que “o Brasil continua sendo um país voltado para o Atlântico”, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) pediu que o governo adote medidas de incentivo à economia do Acre, Amazonas e Rondônia. Ele entende que o fortalecimento de laços com os peruanos, por exemplo, beneficiaria a economia da Amazônia, inclusive com a exportação de grãos por rodovia pelos portos do país vizinho.

Mesquita Júnior, que esteve ontem com o embaixador do Peru, acompanhado de empresários do Acre, levantou a possibilidade de se criar uma zona de livre comércio na divisa com aquele país, beneficiando as cidades de Santa Rosa (Brasil) e Puerto Esperanza (Peru).

O senador vai procurar as empresas aéreas Gol e TAM para pedir que coloquem vôos entre Brasília e Lima, passando pelos estados fronteiriços.

Segundo Mesquita Júnior, estudos demonstram que uma saída para o Pacífico fortaleceria a economia do Oeste brasileiro, ampliando a produção agrícola para algo em torno de 165 milhões de toneladas/ano.



Camata: povo capixaba espera pela retomada das obras o quanto antes

## Camata volta a pedir solução para aeroporto

Gerson Camata (PMDB-ES) voltou a protestar contra a morosidade do governo federal em resolver o problema do aeroporto de Vitória, que teve as obras paralisadas após auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), que constatou superfaturamento. O embargo acabou levando ao rompimento do contrato entre a Infraero e o consórcio de empreiteiras responsável pela reforma.

Camata anunciou que o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, acompanhado da bancada capixaba, iria se encontrar ontem com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, “pela enésima vez”, para analisar alternativa que impeça uma demanda judicial em torno do rompimento do contrato e adie ainda mais a conclusão do aeroporto de Vitória.

O senador disse que a esperança do povo capixaba é que um novo edital de licitação seja publicado e as obras sejam reiniciadas o quanto antes. Para isso, o governo do estado aceita até que o atual consórcio possa participar da nova licitação, desde que o rompimento do contrato com a Infraero seja levado à Justiça.

Senador manifesta preocupação com instabilidade que cerca o país na América do Sul e com “sentimento antibrasileiro” na região

# Collor: crise boliviana pode prejudicar Brasil

O SENADOR FERNANDO Collor (PTB-AL) afirmou que a situação de instabilidade política na Bolívia poderá acarretar ameaça ao fornecimento energético ao Brasil, a vulnerabilidade da população brasileira naquele país e incertezas na consolidação do Mercosul.

Collor disse estar preocupado com o arco de instabilidade que cerca o Brasil na América do Sul, e ainda com a manipulada disseminação de sentimentos antibrasileiros na região.

Para o senador, a vitória dos referendos autonomistas nos departamentos de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija, longe de ser um sinal de autonomia, mostra os sinais de divisão na Bolívia. Segundo observou, o triunfo do presidente Evo Morales e a reafirmação de suas diretrizes dificilmente levarão à diminuição de an-

tagonismos.

– Temos, na Bolívia, a superposição de duas poderosas e perigosas clivagens. De um lado, a divisão regional, com a região mais rica da Media Luna em busca de autonomia; de outro, a cisão étnico-social.

A conjunção de fragmentação étnica e territorial e a interferência externa, observou Collor, são fatores que estiveram presentes nos Bálcãs, no período que antecedeu a 1ª Guerra Mundial.

– Embora, felizmente, ainda estejamos longe daquele tipo de cenário, os fundamentos de

instabilidade não podem ser ignorados – alertou, ressaltando que o Brasil deve estar preparado para enfrentar as vicissitudes que se avolumam em seu entorno. Em aparte, ele foi apoiado por Gerson Camata (PMDB-ES).



Geraldo Mesquita

## João Pedro confia em entendimento

João Pedro (PT-AM) relatou ao Plenário sua visita à Bolívia, juntamente com José Nery (PSOL-PA), como observadores internacionais do referendo que se realizou naquele país no último fim de semana. Ele enfatizou a ausência de violência, contrariando previsão da imprensa brasileira.

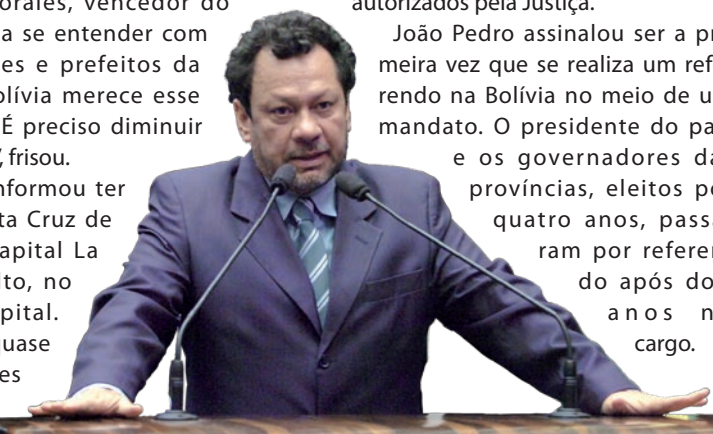
O senador disse esperar que o presidente Evo Morales, vencedor do referendo, possa se entender com os governadores e prefeitos da oposição. “A Bolívia merece esse entendimento. É preciso diminuir esse radicalismo”, frisou.

João Pedro informou ter estado em Santa Cruz de La Sierra, na capital La Paz e em El Alto, no entorno da capital. Destacou que quase mil observadores internacionais, entre

parlamentares do México, El Salvador, Costa Rica, Brasil, Venezuela, Argentina, Chile, Peru, Uruguai e Paraguai, foram à Bolívia acompanhar o referendo.

Ele parabenizou a Justiça boliviana, que tomou a iniciativa de convidar observadores. O senador afirmou que não existe boca-de-urna na Bolívia e no dia do referendo circularam apenas carros autorizados pela Justiça.

João Pedro assinalou ser a primeira vez que se realiza um referendo na Bolívia no meio de um mandato. O presidente do país e os governadores das províncias, eleitos por quatro anos, passaram por referendo após dois anos no cargo.



Geraldo Mesquita

## Geovani elogia esforço de Lula por Doha

Geovani Borges (PMDB-AP) elogiou o governo brasileiro por ainda buscar o consenso, após a chamada Rodada Doha, de liberalização do comércio mundial. De acordo com o senador, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ainda têm esperanças de que o quadro negativo das últimas negociações seja revertido.

– Lula telefonou para o primeiro-ministro indiano, dizendo que é fundamental jogar tudo para Doha não morrer na praia.

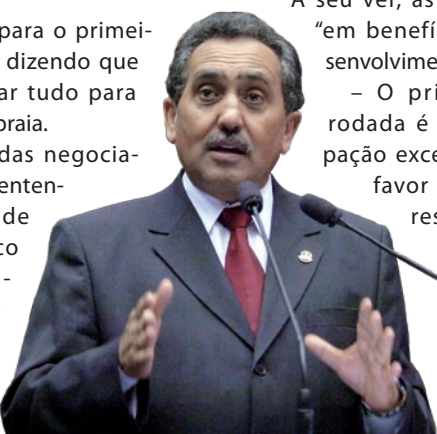
A última edição das negociações terminou sem entendimento, no final de julho, após o bloco dos países em desenvolvimento ter considerado insuficiente a proposta de redução dos subsídios agríco-

las apresentada pelos Estados Unidos.

Geovani lembrou que a Rodada de Desenvolvimento de Doha foi aberta em novembro de 2001, na capital do Qatar, quando os 153 países integrantes da Organização Mundial do Comércio (OMC) iniciaram as tentativas para promover a abertura de mercados nos setores agrícola, industrial e de serviços.

A seu ver, as negociações ocorrem “em benefício do mundo em desenvolvimento”.

– O principal problema da rodada é justamente a preocupação excessiva de cada país em favor de seus próprios interesses, uma vez que, teoricamente, o maior propósito das negociações seria o desenvolvimento dos países pobres e o combate à fome.



Geraldo Mesquita



Raupp resalta a importância da estrada de ferro que ligará o Brasil ao Peru

## Raupp elogia decisão em favor das ferrovias

Ao comentar a aprovação do projeto de lei de conversão (PLV 18/08) que moderniza a malha ferroviária brasileira, Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que a matéria foi “uma das mais relevantes” que o governo já enviou ao Congresso “em termos de importância econômica para o Brasil e os brasileiros”.

O senador lembrou que o projeto (proveniente da MP 427/08) amplia a Ferrovia Norte-Sul até a cidade de Pindorama (SP); estrutura uma malha ferroviária de conexão com os portos de Santa Catarina; e prevê a implantação de trens de alta velocidade entre as cidades brasileiras mais populosas. Conforme Raupp, as primeiras cidades que poderão se beneficiar do trem-bala devem ser São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba.

O projeto, aprovado na terça-feira em Plenário, também reconfigura trechos da Ferrovia Transcontinental Brasil-Peru.

– A ferrovia permitirá o escoamento não só da soja produzida em Rondônia, mas de outros produtos diretamente para o oceano Pacífico.



Senador diz que governo esqueceu de implementar melhorias

## Azeredo alerta para riscos em aeroportos

Ao lembrar o acidente com o avião da TAM em 17 de julho de 2007, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que até hoje o governo federal pouco fez para reformular a distribuição dos vôos no país. Ele afirmou que o aeroporto de Congonhas, em São Paulo, local do acidente, já está voltando a concentrar grande número de pousos e decolagens.

De acordo com Azeredo, as empresas aéreas estão aproveitando brechas na legislação para trafegar com aviões de grande porte no aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, quando o ideal seria o aeroporto abrigar prioritariamente vôos regionais de aeronaves menores.

O senador disse ser necessária a consolidação da capacidade operacional do Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins, em Belo Horizonte, para que o aeroporto da Pampulha não seja sobrecarregado.

– Confins tem condições comprovadas para abrigar a demanda de vôos interestaduais e ainda há espaço para vôos internacionais – informou o senador, para quem o governo esqueceu de implementar as melhorias.